

## Servidores do INCRA fazem paralisação de 48 horas

Os servidores da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Ceará decidiram, em assembléia geral realizada na última segunda-feira, paralisar as atividades durante 48h, até hoje, quando será realizada nova reunião de negociação com o Ministério do Planejamento, em Brasília. Amanhã, quinta-feira haverá nova assembléia para definir o rumo do movimento no Estado. Além da isonomia entre as carreiras, a categoria luta pela reestruturação dos planos de carreira, com a melhoria das tabelas salariais dos servidores e o fortalecimento institucional do Incra, que hoje vivencia uma grande evasão dos servidores admtidos nos últimos concursos. A mobilização também quer o cancelamento da proposta de Projeto de Lei nº 549/2009, que propõe o congelamento dos investimentos públicos da União por dez anos.

## SINTSEF/CE e Asibama/CE assinam nota sobre o direito de greve

Em ato repressivo, o Governo pediu junto ao Superior Tribunal de Justiça que a greve fosse declarada ilegal. No dia 12 de maio estará sendo julgada ação, que caso seja aceita, poderá ferir o “Direito de Greve” garantido pela Constituição Federal. Essa atitude é de interesse de toda a categoria de trabalhadores do setor público, pois trata de um direito que a CONDSEF defende como irrestrito: O direito dos trabalhadores de se organizarem, se mobilizarem e defenderem seus interesses e demandas. Como protesto contra a forma intransigente e desrespeitosa com que o Governo Federal vem tratando os servidores da área ambiental, conclamamos todos e todas a se mobilizarem contra esse ato paralisando as suas atividades no dia 12 de maio. Vamos à luta, coragem, força e resistência. Fortaleza, 10 de Maio de 2010.

## Deputado Luiz Carlos Busato, relator do PLP 549, dá parecer contrário ao projeto

O deputado federal Luiz Carlos Busato deu parecer contrário ao PLP 549/09, que congela investimentos no setor público até 2019. O parlamentar é o relator da matéria e vai apresentar seu texto para votação na próxima reunião da Comissão de Trabalho da Câmara, prevista para acontecer hoje, dia 12. O deputado, segundo informações divulgadas pelo Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar (Diap), rejeita a proposta e aponta pelo menos seis pontos negativos existentes no projeto, com destaque para a situação do funcionalismo federal. O parecer do deputado Luiz Carlos Busato, disponível em [http://www.diap.org.br/images/stories/parecer\\_plp\\_549\\_09.pdf](http://www.diap.org.br/images/stories/parecer_plp_549_09.pdf), representa uma esperança para os servidores federais, que, através dos sindicatos e da Condsef, vêm realizando uma ampla campanha contra o PLP 549 que, além de congelar salários da categoria, ainda engessa qualquer tipo de investimento em um serviço público já tão penalizado.